

O MOVIMENTO DENTRO DO MOVIMENTO PELA CONSTRUÇÃO DE NOVAS RELAÇÕES DE GÊNERO NO MST: AS ESTRATÉGIAS SUBVERSIVAS EMPENHADAS PELAS MULHERES CAMPESINAS

Rubem Viana de Carvalho

*Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Centro Acadêmico do Agreste - CAA
E-mail: psirubemviana@gmail.com*

Orientadora: Allene Carvalho Lage

*Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Centro Acadêmico do Agreste - CAA
E-mail: allenelage@yahoo.com.br*

Resumo: Nossa pesquisa visou analisar as estratégias subversivas pensadas pelas mulheres do MST para o enfrentamento as desigualdades de gênero. A fim de refletir sobre como tem acontecido a participação política das mulheres Sem Terra no que tange ao recorte das relações de gênero dentro do movimento. Além de poder compreender a importância da organização política, como processo de empoeiramento da mulher camponesa, além de ser um meio de desconstruir os aparatos ideológicos que historicamente têm condicionado as mulheres aos lugares de inferioridade e violência. Para nortear essa discussão temos como objetivo geral: Analisar as estratégias políticas que as mulheres do MST têm pensado para o enfrentamento as desigualdades de gênero entre homens e mulheres. Enquanto abordagem de pesquisa optamos pela pesquisa qualitativa. A fim de responder os objetivos de nossa pesquisa, utilizamos o Método do Caso Alargado de Boaventura de Sousa Santos. Para análise dos dados, dispomos da Análise de Conteúdo. Por fim, os resultados apontam para a criação de um Movimento feminino de luta e desconstrução dentro do MST, em nível regional, em vários estados brasileiros e em específico em Pernambuco, articulados a um Movimento nacional, para o enfrentamento as desigualdades entre homens e mulheres ainda vigente.

Palavras-chave: Organização Política, Movimento Social, MST, Gênero

1. Introdução

Historicamente o lugar da mulher na sociedade tem sido um campo de constantes disputas devido à reprodução cultural do machismo e patriarcalismo que permeiam as relações de gênero produzindo violência e invisibilidade a partir de representações historicamente construídas que subalternizam as mulheres, retirando-as dos espaços públicos e decisórios de poder, conferindo a elas os espaços privados, da margem, do ocultamento.

Seguindo esse pensamento trazemos a contribuição de Saffioti (2004), quando a mesma ao problematizar o problema da mulher nas relações sociais afirma que o patriarcado inverteu culturalmente o poder social da mulher para o homem, aprofundando uma relação desigual de poder para seus objetivos. Desta forma, o homem ao pensar a mulher como um ser fraco e sem força física e intelectual, reserva a esta o espaço privado, desqualificando seu trabalho e

invisibilizando sua presença no mundo a fim de construir sua dominação.

Muitas são as questões as quais a mulher é submetida nas relações de gênero quando se reflete a condição social da mulher, como a questão da divisão do trabalho, a negação do acesso à formação, dentre estas citadas acreditamos que a violência, é, precisamente uma das mais cruéis. Sendo esta, exercida em todas as classes sociais, sendo historicamente e socialmente aceita e naturalizada.

A partir desse contexto a motivação para a realização desta pesquisa parte da realidade alarmante de violência e feminicídio o qual as mulheres são diariamente submetidas, realidade essas reportadas por inúmeras pesquisas estatísticas. “O Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil”¹, revelou um quadro alarmante em relação a violência contra pessoas que são violentadas pelo simples fato de ser mulher. Segundo o mapa, entre 1980 e 2013, 106.093 brasileiras foram vítimas de assassinato. De 2003 a 2013, o número de vítimas do sexo feminino cresceu de 3.937 mil para 4.762 mil, ou seja, mais de 21% na década. O mapa revelou também que em 2013 o Brasil passa para a 5ª posição com uma taxa de 4,8 homicídios de mulheres a cada 100 mil habitantes, um aumento de 9% no número de assassinatos registrados. Em 2010, o Brasil ocupava a 7ª posição no ranking com uma taxa de 4,4%.

Ainda segundo o mapa dos 4.762 assassinatos de mulheres registrados em 2013 no Brasil, 50,3% foram cometidos por familiares, sendo que em 33,2% destes casos, o crime foi praticado pelo parceiro ou ex parceiro. Essas quase 5 mil mortes representam 13 homicídios femininos diários em 2013, além disso o estudo mostrou que os casos de feminicídios tendiam a ser maiores contra mulheres negras, de periferia ou camponesas.

Esses dados nos mostram que culturalmente, a condição social da mulher é marcada pela invisibilidade, subordinação, silenciamento e violência, cujas bases retomam ao âmbito relacional de poder, seja este hegemônico ou mais restrito as relações com o outro. Diante deste contexto de desigualdade entendemos que a formação política, das mulheres é um meio de desconstruir os cativéis ideológicos. Portanto o exercício de poder pela mulher do campo se dará diante de valores já exercidos pela mesma, a partir da ruptura com questões historicamente naturalizadas (SCOTT, CORDEIRO E DE MENEZES, 2010).

¹O Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil foi elaborado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), com o apoio do escritório no Brasil da ONU Mulheres, da Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS) e da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. O mapa está disponível em: http://agenciapatriciagalvao.org.br/wpcontent/uploads/2015/11/MapaViolencia_2015_homicidiode_mulheres.pdf Acesso em: 10/11/2017.

No entanto de acordo com Lage (2004, 2011, 2013), a realidade de violência contra a mulher a pesar de estar ainda presente em nossa cultura, já foi pior e passou a mudar por volta da década de 80, década que pode ser considerada como um marco histórico importante na reorganização de muitos movimentos sociais do campo na América Latina, visto que, é nesse período, pós-ditadura que os movimentos de mulheres feminista, assim como os movimentos do campo ganham força e significativa expressão enquanto movimentos de luta organizada. As experiências adquiridas na luta contra a ditadura militar e as experiências sindicais que muitas mulheres participaram trazem o reconhecimento necessário a partir de um processo lento, e ainda em construção, de que as mulheres passam por problemas específicos e precisariam se organizar enquanto categoria para lutar pelos seus direitos.

A partir deste cenário, acreditamos que compreender a questão da participação da mulher no contexto social de luta pela terra no MST/PE é compreender como se projeta a mulher na participação política pela terra e ao perceber outras violências se organizaram em um Movimento dentro do Movimento combatendo o machismo social. É compreender também a importância da luta por uma formação política educativa, como forma de subjetivação e empoderamento dessas mulheres.

Acreditamos, no entanto, que romper com as estruturas sociais consolidadas de subalternização da mulher presentes nos espaço doméstico e espaços públicos requer processos educativos demorados de formação de novos sujeitos, homens e mulheres, a partir de uma nova ética transformadora, a partir de novos valores sociais que levam tempo para se consolidar. Nesse sentido, é necessário entendermos as questões que levam a construção das novas identidades de um novo sujeito social feminino no campo.

É, então, diante deste contexto social da mulher que aponta para a luta histórica das mulheres trabalhadoras rurais que buscamos compreender: **Quais as estratégias políticas que as mulheres do MST têm pensado para o enfrentamento as desigualdades de gênero entre homens e mulheres?** Para podermos refletir sobre, quem são estas mulheres, quais suas principais demandas e conquistas, e de que forma elas têm criado uma nova mulher campezina a partir da luta política pela terra e por relações de gênero equitativas. Temos como objetivo geral: Compreender as estratégias políticas que as mulheres do MST têm pensado para o enfrentamento as desigualdades de gênero entre homens e mulheres e como objetivos específicos, nos propomos a: 1) Identificar as principais demandas da mulher Sem Terra no que tange as relações de gênero. 2) Descrever as propostas políticas pensadas para a problematização das desigualdades de gênero no MST.

2. Caminho Metodológico

Nossa pesquisa foi construída numa perspectiva qualitativa, por acreditarmos que, desta forma, a riqueza sociológica e pedagógica dos fenômenos teria seu conteúdo preservado. Nosso estudo está delimitado enquanto campo ao MST/PE, especificamente, ao Assentamento Normandia, em especial, o Centro de Formação Paulo Freire (CFPF) localizado no território campestre do município de Caruaru-PE. Escolhemos esse campo tendo como finalidade compreender a formação política da mulher trabalhadora rural, suas principais demandas lutas e conquistas de empedramento.

As mulheres Campeãs que participam do MST/PE e nacional que se disponibilizaram a ser participantes² dessa pesquisa são:

- 1) Maria Sueli da Silva 20 anos de luta no MST, hoje é uma das lideranças do Movimento e coordenadora do Setor de Gênero do MST/PE.
- 2) Maria da Saúde Gomes da Silva faz, parte da liderança nacional do MST sendo Vice coordenadora do Setor de Produção Nacional.
- 3) Rubneza Leandro de Souza participa da direção estadual do MST/PE e é Coordenadora do Setor de Educação do MST/PE.

A fim de atender a demanda e objetivos de nossa pesquisa, utilizamos o Método do Caso Alargado de Boaventura de Sousa Santos (1983), esse método consiste em alargar a compreensão da realidade através de um caso particular estudado e estendendo as conclusões desse estudo a casos mais amplos. Não se trata de mera generalização, mas sim de encontrar singularidades e elementos estruturais em comum que unam o caso conhecido aos não-conhecidos. Na fase de tratamento dos dados utilizaremos a Análise de Conteúdo na perspectiva de Bardin (1977), por acreditar que essa técnica metodológica, traduz melhor os significados dos fenômenos obtidos na nossa pesquisa.

3. Gênero a (in)visibilidade da mulher Sem Terra, e o Movimento de formação de um novo sujeito mulher

Para adentrar na discussão dos processos que formam os sujeitos do MST, é, antes de tudo, importante ressaltarmos que os Sem Terra não surgiram como sujeitos prontos e nem sua

² Utilizaremos os nomes reais das três mulheres participantes da pesquisa, pois elas mesmas consentiram a esse respeito em carta assinada e anexada a pesquisa. Acreditamos que dar nome próprio e real aos sujeitos da pesquisa é dar voz e visibilidade a sujeitos historicamente marginalizados que também são visibilizados pela academia e pela ciência.

gênese surge na formação do MST, enquanto movimento social. Deste modo, sua origem é anterior ao Movimento e sua constituição é um processo contínuo que persiste, até hoje, em constante modificação, a partir das demandas sociopolíticas que emergem. Nesse sentido, os sujeitos Sem Terra fazem-se e refazem-se a partir de sua história de luta pela Reforma Agrária e de luta pela construção de uma sociedade outra costurada pela cultura e pela educação (CALDART, 2012).

Dito isso, discutiremos as estratégias políticas de empoderamento da mulher Sem Terra a partir da categoria de “enraizamento projetivo” de Simone Weil, onde para a autora:

O enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana. É uma das mais difíceis de definir. **O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro** (WEIL, 1998, *apud* CALDART, 2012, p. 101, grifo da autora).

A partir dessa perspectiva entendemos que a base de formação do MST enraíza os Sem Terra que outrora estavam sendo desenraizados pela estrutura capitalista do latifúndio. Desta forma, o MST enraíza os Sem Terra porque permite a essas pessoas vincularem-se a uma coletividade que os possibilitam se conectar a seu passado histórico e a uma perspectiva outra de futuro possível, a partir de um Movimento político e educativo contínuo.

Ao tentarmos compreender a presença das mulheres trabalhadoras rurais na luta pela terra e o desafio dos movimentos sociais na perspectiva de construir e defender novas práticas políticas das relações de gênero no campo, pensamos que é importante compreender a trajetória de luta dessas que são continuamente invisibilizadas e atravessadas por posições sociais estratificadas e por relações de poder desiguais.

Neste trabalho quando falarmos de gênero estamos entendendo gênero na perspectiva de Butler (1990) e Louro (2001), onde para as autoras a inscrição do gênero se dá sempre no contexto de uma determinada cultura. Nesse sentido, os corpos ganham sentido socialmente e gênero correspondem a mulheres e homens em relação. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, definidas a partir das relações sociais, moldadas pelas redes de poder de uma sociedade. Nesse sentido, é no âmbito da cultura e da história que se definem as identidades sociais.

É importante ressaltar também que, as relações dicotômicas não são suficientes para compreender as relações de gênero, é preciso observar que estas relações, que são sociais e históricas, constituem e são constitutivas dos gêneros e implicam em relações de poder. Assim, Louro (1997, p.41) afirma que: “os gêneros se

produzem, portanto, nas e pelas relações de poder”. É no interior das redes de poder que são instituídas e nomeadas as diferenças e desigualdades.

São muitas as questões as quais a mulher é submetida nas relações de gênero desiguais, como a questão da divisão do trabalho, a negação do acesso à formação, quando se reflete a condição social da mulher, a violência, é, precisamente uma das mais cruéis. Sendo esta, exercida em todas as classes sociais. Desta forma, a violência contra as mulheres tem sido historicamente e socialmente aceita. Teles e Melo (2003), corroboram com Lage (2012) e Saffioti (2004) no que tange a discussão da violência contra a mulher contribuindo ao abordarem o conceito de violência de gênero a qual as mulheres são historicamente submetidas como um projeto hegemônico histórico, para as primeiras autoras citadas:

O conceito de violência de gênero deve ser entendido como uma relação de poder de dominação e submissão da mulher. Ele demonstra que os papéis impostos as mulheres e aos homens, consolidados ao longo da história e reforçados pelo patriarcado e sua ideologia, induzem relações violentas entre os sexos e indica que a prática desse tipo de violência não é fruto da natureza, mas sim do processo de socialização das pessoas (TELES; MELO, 2003, p.18).

Desta forma é possível compreender que o projeto de dominação e submissão da mulher a violência de gênero não é natural, pois parte de relações sociais naturalizadas historicamente a serviço de uma hegemonia patriarcal. Conforme apresenta Saffioti (1987, p.16) “O poder do macho, embora apresentando várias nuances, está presente nas classes dominantes e subalternas, nos contingentes populacionais brancos e não-brancos”.

Para Lage (2004, 2011, 2013), as experiências adquiridas na luta contra a ditadura militar e as experiências sindicais que muitas mulheres participaram trazem o reconhecimento necessário a partir de um processo lento, e ainda em construção, de que as mulheres passam por problemas específicos. Aos poucos as instâncias sindicais, os movimentos sociais para além do movimento feminista e paulatinamente as demais entidades sociais, passam a compreender essa problemática.

Essa resignificação histórica que as mulheres escrevem na história dos movimentos sociais levou as mulheres a se refazerem no imaginário e nas relações sociais através de:

um discurso construído a partir de conceitos como opressão, liberdade, igualdade, justiça, emancipação, solidariedade, poder e dominação, os movimentos sociais do campo de mulheres ou com mulheres justificam sua existência histórica em termos de autonomia política, na medida em que os movimentos feministas têm trazido à tona inúmeras discussões e denúncias sobre as diversas formas de subalternização que as mulheres estão historicamente submetidas (LAGE, 2013, p. 2).

Assim é possível entender a necessidade de relacionar os saberes desenvolvidos pelas mulheres ao longo das lutas feministas com o momento político e histórico dos movimentos sociais no campo em que as mulheres trabalhadoras rurais viviam em condições de subalternidade e agora passam a buscar seus direitos a muito tempo negado.

Dessa forma, Scott, Cordeiro e De Menezes (2010), trazem que historicamente, a condição da mulher no contexto rural é marcada pela invisibilidade, subordinação e silenciamento, cujas bases retomam ao âmbito relacional de poder, seja este hegemônico ou mais restrito as relações com o outro. Diante deste contexto de desigualdade essas autoras entendem que a formação política, das mulheres é o meio de desconstruir os cativéis ideológicos. Portanto, as autoras nos trazem que o exercício de poder pela mulher do campo se dará diante de valores já exercidos pela mesma, a partir da ruptura com questões historicamente naturalizadas.

4. As principais demandas da mulher Sem Terra e as estratégias políticas pensadas para o enfrentamento as relações de gênero desiguais

A partir dos dados obtidos em campo elegemos duas características que demandam ainda mudanças e perpassam a vidas das mulheres camponesas, essas dizem respeito aos lugares que elas ocupam e a violência que enfrentam no Movimento e na sociedade. Elegemos também uma estratégia política que aponta mudanças no campo das relações de gênero entre homens e mulheres sejam eles/as heterossexuais ou LGBTs, e se refere a criação do Setor de Genero do MST, esse setor é importante, pois a partir dele ações e propostas políticas foram pensadas para a participação ativa das mulheres no Movimento visando tanto a problematização das desigualdades de gênero, quanto o compromisso do Movimento em problematizar a violencia e as desigualdades de gênero internamente.

No que se refere as características que demandam mudanças é possível perceber a partir das falas das participantes que a mulher Sem Terra exerce diversas tarefas e funções no Movimento desde lideranças até papeis ligados ao cuidado da casa:

As mulheres estão em todos os espaços, se os homens estão lá na terra, elas também estão desenvolvendo um trabalho na agricultura, estão criando. Também tem a relação muito forte do espaço da casa, com a casa que construímos, né! Então tem muito isso, dá mulher multiação, multifunção. E é liderança, é mãe, assumimos todos esses papeis, né! E essas somos nós, como um papel ainda não definido, mas as mulheres no máximo estão, no setor de educação, no setor de saúde, no setor de gênero, que é um setor que está lutando por essa questão da emancipação (SUELY DA SILVA, MST, Diário de Campo, 08/10/217).

Na fala da militante é possível perceber que a mulher trabalhadora rural assim como a urbana nesse processo de luta por direitos acaba acumulando funções, a mulher além de cuidar da casa está na agricultura e em alguns cargos de liderança, mas mesmo assim parece que os papéis que ela exerce no imaginário social ainda não são entendidos como trabalho. Saffioti (2004) a esse respeito vem dizer que a divisão do trabalho a qual a mulher é submetida é um fato naturalizado na nossa cultura a serviço da hegemonia do patriarcado, as mulheres são condicionadas a esse lugar que nada tem de natural.

Na fala da militante percebemos ainda uma contradição, ela diz que as mulheres são multi função: “E é liderança, é mãe, assumimos todos esses papéis, né! E essas somos nós, como um papel ainda não definido, mas as mulheres no máximo estão, no setor de educação, no setor de saúde, no setor de gênero” (SUELY DA SILVA, MST, Diário de Campo, 08/10/217). Acreditamos que essa afirmação se refere aos cargos de liderança, autoras que discutem a mulher no MST como Silva (2004), apontam que os cargos que estas exercem são cargos que historicamente estão relacionados ao cuidado, a saúde a educação já os homens dirigem todos os setores e ainda dão a maior parte das formações, essa parece ser mais uma característica dos limites impostos a mulher pelo patriarcado.

A outra característica que demanda mudanças faz parte de um processo histórico patriarcal que por estar arraigado na nossa cultura assim como traz Teles e Melo (2003) Saffioti (2004) e Lage (2004, 2011, 2013), demanda demorados processos de desconstrução, tendo em vista que as relações de gênero são perpassadas por relações de poder historicamente consolidadas. Nas falas das participantes percebemos o patriarcado que se traduz em violência de gênero como uma das principais lutas das mulheres do campo:

A nossa luta é permanente com relação a essa questão do machismo e do patriarcado. Porque é daí que vem a violência, que vem a desigualdade, principalmente a desigualdade que atinge as mulheres, é uma relação de poder que a gente vem discutindo, e para que a gente tenha essa concepção de que violência é essa_ ela tem uma origem, ela é oriunda desse machismo, dessa cultura que é bem atrasada[...] E no campo, a gente tem uma base que infelizmente tem uma cultura que é muito do sistema machista, que estamos desconstruindo (SUELY DA SILVA, MST, Diário de Campo, 08/10/217).

A luta contra o patriarcado, o machismo e violência de gênero, sem dúvidas é uma luta que envolve processos de construção, reconstrução de pensamentos culturais e tradições. Mas as mulheres do MST têm mostrado que é no dia-a-dia que essas mudanças podem acontecer, e é nesse dia-a-dia que parece que o setor de gênero do MST tem investido, vistas a construção

de novas relações de gênero igualitárias quando necessárias.

Segundo Bogo (2003), para que haja uma ruptura com estes obstáculos dentro do Movimento, é preciso uma definição política com vistas a, por um lado, impulsionar a revolução cultural e, a fim de que aos poucos possa mudar os hábitos, costumes, tradições, formas de pensar e de agir, e por outro, construir uma nova moral que oriente a convivência social e política das pessoas.

Sobre a estratégia política que aponta mudanças, destacamos a criação do Setor de Gênero do MST criado para discutir as demandas das mulheres, e para trazer formações de gênero para todos os setores do MST, esse setor possibilitou a criação de propostas e políticas educativas para a participação política e social da mulher no MST e fora dele, com a intenção de derrubar as cercas das relações de gênero desiguais, sobre o setor de gênero para as militantes:

Bem, no setor de gênero a gente vem desenvolvendo várias atividades, algumas atividades são pontuais e específicas de se construir, de fazer com as mulheres, trabalhar alguns temas importantes, é, do tipo, o que é de fato o sistema do patriarcado, para que foi, de fato quem excluiu quem [...]. Então, é bem melhor a gente trabalhar essas práticas de formação, dentro das nossas áreas, a partir da própria necessidade que surgem. Então, a gente tem trabalhado o conceito, o que o feminismo, não é tão fácil, porque muitos dizem assim: o feminismo é contra os homens. Aí se tem que desmistificar esse conceito, porque, o movimento feminista já diz, é um movimento político, e se for para ser contra é contra a violência (SUELY DA SILVA, MST, Diário de Campo, 08/10/217).

Então o setor de gênero acumula essas questões principais de gênero e joga para o conjunto do Movimento debater. Não é à toa que a gente está trazendo essa história da assembleia dos homens, como é que os homens veem esse processo das relações de gênero também? Então, como é que a gente cria processo de formação para debater sobre gênero? Porque o gênero não é só mulher, a gente está discutindo homens e mulheres. A partir do nosso campo, nosso movimento camponês, é um pouco para além do que os movimentos que discutem só o feminismo, a relação e outra (MARIA GOMES, Diário de Campo, 08/10/217).

É possível apreender a partir das falas das militantes que o Setor de Gênero é um setor marcadamente político e tem a intenção de discutir o feminismo e as questões de gênero que perpassam a vida de homens e mulheres em todos os setores do MST, o setor de gênero parece centralizar as questões das mulheres, mas parece também estar aberto para ouvir as questões dos homens, tendo em vista que gênero é uma categoria que abarca homens e mulheres. Essa abordagem é importante pois parece estar calcada no diálogo, para construir as transformações nas relações de gênero.

Gonçalves (2009), ao analisar a importância do Setor de gênero do MST traz que as mulheres envolvidas na luta pela terra do MST apropriam-se do conceito de gênero repolitizando-o, procurando reestabelecer os

laços com as bases materiais. Utilizam o conceito para ampliar a discussão das diferenças de classe, abordando as diferenças no nível das relações sociais situadas historicamente, marcadas por relações de poder. As mulheres que fizeram emergir os setores de gênero, propõem uma alteração ou ampliação nos objetivos do MST, colocando em evidência o anseio por transbordar a discussão para além das fronteiras das questões da terra, derrubando as cercas machistas que resistem no interior do Movimento.

A partir dessas estratégias é possível perceber que aos poucos as mulheres Sem Terra começam a construir um Movimento dentro do Movimento, não no sentido de divisão, mas no sentido de tornar visível o sujeito mulher que historicamente era invisibilizado no campo e sofria as mais diversas formas de violência e opressão. Para além dos planos e estratégias traçadas pelo Setor Nacional de Gênero, podemos perceber também que aos poucos vão sendo deixadas para trás as chamadas “questões das mulheres” e são introduzidas as “questões de gênero” que contempla a relação entre homens e mulheres, visto que só é possível construir novas relações superando as dicotomias naturalizantes de sexo, passando a pensar em relações culturais perpassadas por relações de poder (GONÇALVES, 2009).

5. Considerações Finais

Sobre as características que demandam mudanças e perpassam a vidas das mulheres camponesas concluímos que a mulher Sem Terra, tem ocupado cargos de liderança dentro do MST, no entanto, elas também têm acumulado cargos e funções, tendo em vista que, o papel de dona de casa e o cuidado dos filhos fica, na maioria das vezes, sobre sua responsabilidade, não sendo realizada pela maioria dos homens. Sobre os cargos que elas ocupam percebemos que estes na sua grande maioria ainda estão ligados ao papel da mulher socialmente construído, ligado ao cuidado no campo da saúde da educação e das questões da mulher.

Sabemos que é importante as mulheres dirigirem esses espaços, mas é importante também que ocupem pontos estratégicos na liderança, espaços que são ocupados pelos homens espaços estes de poder historicamente reservado aos homens pelo patriarcado. Das mulheres entrevistadas duas ocupam espaços historicamente reservados a mulher uma não a vice-líder do setor de produção nacional do MST.

Uma outra característica que encontramos que demanda mudanças relatadas pelas militantes é a violência que enfrentam no Movimento e na sociedade. A luta contra o patriarcado, o machismo e violência de gênero, sem dúvidas é uma luta que envolve processos de construção, reconstrução de pensamentos

culturas e tradições. Mas as mulheres do MST têm mostrado que é no dia-a-dia que essas mudanças podem acontecer e é nesse dia-a-dia que parece que o Setor de Gênero do MST tem investido, vistas a construção de novas relações de gênero mais iguais quando necessárias.

Encontramos também uma estratégia política que aponta mudanças no campo das relações de gênero entre homens e mulheres sejam eles/as heterossexuais ou LGBTs, e se refere a criação do Setor de Gênero do MST, esse setor possibilitou a criação de propostas e políticas educativas para a participação política e social da mulher no MST e fora dele com a intenção de derrubar as cercas das relações de gênero desiguais.

Sobre esses aspectos analisados, concluímos que muito ainda precisa ser feito tendo em vista as necessárias mudanças nas relações de gênero no MST, visto que essas relações foram construídas historicamente e estão entranhadas na cultura de nossa sociedade. Desta forma, essas mudanças na luta contra o machismo e o patriarcado demanda tempo e se refere a um processo demorado. Não obstante, é possível concluir também que o MST é de fato um Movimento em movimento que se refaz e se abre para a construção e transformação de novas relações.

Destacamos nas iniciativas do setor de gênero a participação política ativa das mulheres do MST que ao se organizarem e construírem um Movimento dentro do Movimento pelo Setor de Gênero se refazem enquanto mulher e mostram a força política da mulher em um coletivo com objetivos e intencionalidades claras vistas a luta pela Reforma Agrária e a criação de novas relações de gênero. A partir do Método do Caso Alargado podemos concluir sobre o caso investigado que quando as mulheres se organizam com objetivos claros e com uma intencionalidade política guiada pelos princípios da transformação social, da luta política e pela autonomia dos sujeitos, algo subversivo e transformador surgirá.

6. Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70. 1977.

BOGO, Ademar. **A organicidade como parte da cultura**. Texto para debate sobre a organicidade do MST na reunião da Coordenação Nacional de 13 a 17 de agosto, 2003,

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.

CALDART, Roseli Salete. **O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo**. Estudos Avançados, v. 15, n. 43, p. 207-224, 2001.

GONÇALVES, Renata. **(Re) politizando o conceito de gênero: a participação política das mulheres no MST**. Mediações-Revista de Ciências Sociais, v. 14, n. 2, p. 198-216, 2009.

LAGE, A. C. **Mulheres sem terra (Brasil) e mulheres da serra do Caldeirão (Portugal):** lutas, solidariedades e diálogos possíveis. In: A questão social no novo milênio. p. 63, 2004. Disponível em:<<http://www.ces.uc.pt/lab2004/programa/sessao3.html>>. Acesso em: 10 de outubro de 2017.

LAGE, Allene Carvalho. **Lutas por Inclusão nas Margens do Atlântico:** um estudo comparado entre as experiências do Movimento dos Sem Terra/Brasil e da Associação In Loco/Portugal. Volume I – Dissertação de Doutorado. Orientador: Boaventura de Sousa Santos. Coimbra: 2005.

LAGE, A. C. **A construção da subalternidade da mulher do campo:** saberes políticos de uma luta por emancipação. Estudos Universitários (UFPE) , v. 30, p. 105-122, 2012.

LAGE, Allene. **Educação e Movimentos Sociais:** Caminhos para uma pedagogia de luta. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação:** uma perspectiva pós estruturalista. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte, 2ª ed. Autêntica, 2001.

SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; DE MENEZES, Marilda Aparecida. **Gênero e geração em contextos rurais.** Editora Mulheres, 2010.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna (Coleção polêmica), 1987.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as Ciências.** Porto: Afrontamento, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Os conflitos urbanos no Recife:** o caso do “Skylab”. Revista crítica de Ciências Sociais, nº 11, maio, pág. 9-59. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 1983.

MST. **A questão da mulher e o MST.** São Paulo: MST, 1996. Disponível em:<<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca>>. Acesso em: 10 de outubro de 2017.

MST. **Construindo novas relações de Gênero desafiando relações de poder.** São Paulo, ANCA, 2003. Disponível em:<<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca>>. Acesso em: 10 de outubro de 2017.

SILVA, Cristiani Bereta da. **Homens e mulheres em movimento:** relações de gênero e subjetividades no MST. Momento Atual, 2004.

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. **O que é violência contra a mulher.** Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2003.